

EDIÇÃO 03 OUT/NOV 2020

# VUKÁPANAVO

ISSN 2596-2426

REVISTA TERENA - MS - BRASIL

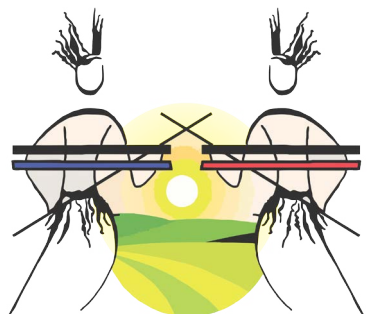
## PANDEMIA DA COVID-19 NA VIDA DOS POVOS INDÍGENAS



# **Vukápanavo: Revista Terena**

nº 3, p. 1-400, out./nov. 2020

ISSN: 2596-2426



CONSELHO DO POVO TERENA

Hánaiti Ho'únevo Têrenoe

CONSELHO DO POVO TERENA

### **Equipe Terena**

Daniele Lorenço Gonçalves

Eder Alcântara Oliveira

Elison Floriano Tiago

Erick Marques

Evelin Tatiane da Silva Pereira

Luiz Henrique Eloy Amado

Simone Eloy Amado

Zuleica da Silva Tiago

### **Capa**

Erick Marques

### **Vukápanavo: Revista Terena**

nº 3, p. 1-400, out./nov. 2020

ISSN: 2596-2426

<https://www.vukapanavo.com>

**Apoio:** Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS); Fundação Oswaldo Cruz, via projeto “Aprimoramento do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, através do desenvolvimento de estudos técnicos, pesquisas científicas e ações estratégicas, essenciais para a diversificação, ampliação e qualidade dos serviços de saúde prestados aos indígenas”.

Mato Grosso do Sul - Brasil

# VIDAS INDÍGENAS IMPORTAM: OS YANOMAMI E A XAWARA DO COVID-19

*Tânia Amara Gonçalves<sup>1</sup>*

**Resumo:** Esse artigo é resultado de uma breve análise sobre os impactos causados pela Pandemia do Covid-19 as populações indígenas, sobretudo aos Yanomami. Considerou-se como agravante, o descaso histórico do Estado Brasileiro com as demandas dos povos indígenas e a falta de políticas públicas adequadas. A Pandemia fez emergir as profundas desigualdades econômicas, sociais, culturais e étnico – raciais a que as populações indígenas e negras estão submetidas. O resultado se reflete na ineficiência e na dificuldade de acesso aos serviços básicos destinados a essas populações, no caso em questão – a saúde indígena. Privilegiamos as narrativas dos sujeitos, tomando como ponto de partida a perspectiva de Davi Kopenawa Yanomami e a capacidade de resistência desses povos as epidemias trazidas pelos brancos ao longo do contato.

**Palavras-chave:** Indígenas; Pandemia; Covid-19; Yanomami; Saúde Indígena.



Nesses três meses de isolamento social me vi confrontada por inúmeros sentimentos, de solidão, angústia, impotência, indignação, raiva, ressentimento, dúvidas e tantos outros que me assaltavam, sem que eu pudesse compartilhá-los com um outro presente. No meu isolamento, sozinha dentro de minha casa, comecei a dialogar e a refletir com dois interlocutores que foram preciosos, para que eu refinasse algumas questões e percebesse a urgência de outras. Um em especial, me fez mergulhar no mundo dos povos yanomami, através de seu grito de socorro às sociedades não indígenas, para a ameaça constante do garimpo e do desmatamento da Floresta amazônica. Esse grito, trazido por uma liderança espiritual e política, um Xamã, Davi Kopenawa Yanomami chegava até o meu mundo, pela tradução do antropólogo francês Bruce Albeti que ao longo de trinta anos conviveu com os povos yanomami. Davi kopenawa o encarregou de alertar a sociedade branca, para o futuro trágico que a espera, com a extinção da floresta, que segundo ele acontecerá com a morte do último Xamã, e terá como consequência – A Queda do Céu. Como poderemos sobreviver quando o céu desabar sobre nós?

Quando pequena sentava numa escada que ficava na área dos fundos de minha casa, onde o quintal era separado por um muro de um rio, que embora ainda mantivesse suas águas claras, era sistematicamente poluído

---

1. Mestre em Sociologia pela UFRJ. Doutora em Educação pela PUC-Rio

pelos sacos de lixo atirados em seu curso, inclusive pela minha família. Do outro lado da margem, existia um lindo terreno onde um imponente bambuzal, me chamava atenção. Esse terreno começava numa casa que ficava no Largo do Boticário, lugar de um passado colonial preservado pelo tempo, com seu calçamento de pé de moleque e atravessado por esse rio, que se chamava Carioca. Vocábulo de origem Tupi, que segundo alguns pesquisadores, Kari'òka<sup>2</sup> significaria: Casa de Branco. Verdade é que os brancos nunca souberam cuidar com sabedoria de sua casa – a mãe Terra. Como poderiam então cuidar dos seus rios?

Os povos originários, nossos antepassados, nos forneceram quase todo o seu patrimônio, sobretudo linguístico. O Rio que nasce na floresta da Tijuca e deságua na Baía de Guanabara nomeou também os que nasceram nessa cidade. As suas margens, passei toda a minha infância e adolescência. Antiga fonte de água potável, o Rio Carioca se transformou num grande canal de esgoto e foi não só encoberto, como canalizado com o tempo.

Do quintal, olhava todas aquelas árvores, ouvindo o barulho da correnteza do rio e me imaginava subindo na árvore mais alta e tocando as costas do céu. Talvez, por isso, a voz de Davi Kopenawa tenha feito tanto sentido pra mim, quando ele fala da floresta como vida, dos rios, e da agressão que os brancos fazem seja por lixo, por metais pesados como o mercúrio e outros provenientes do Garimpo, da invasão das terras indígenas, do desmatamento. Desde muito pequena, me incomodava ver o mau uso que os brancos fazem dos recursos naturais.

Acredito que ouvir o grito dos Yanomami não foi difícil pra mim, que vivera desde então, contemplando o que parecia ser uma floresta, dada a percepção de uma criança pequena, diante de um mundo tão grande e inóspito, e de seres humanos predadores que sujavam as águas do rio que eu tanto amava. Lugar de refúgio de minha arara Tiriva, que voava para a copa das árvores distantes e voltava só para me presentear com a sua presença. Tiriva era livre, como sou e como são os Yanomami e outros grupos indígenas, que tanto incomodam um sistema que aprisionam os homens as mercadorias.

Davi Kopenawa Yanomami foi o meu interlocutor quase que diário, durante esses três meses. Através dele viajei inúmeras vezes para o alto Demini, para rio Catrimani e pra sua grande casa do Watoriki. Através de sua narrativa aprendi a história do contato dos Yanomami com os brancos, na década de 1940 e de sua aldeia no alto do rio Toototobi, por volta dos anos 60, quando ele ainda era um menino pequeno de 4 anos. Davi não

---

2. <https://www.dicionariotupiguarani.com.br>.

conheceu seu pai e nunca soube seu nome, este não era pronunciado, pois para os yanomami não se deve pronunciar o nome daquele que morreu, isso tomará de dor e de saudades os seus parentes. É assim que quando morre um Yanomami, todas as suas coisas são queimadas, depois que as cerimônias funerárias forem realizadas. As mercadorias têm outro valor para os Yanomami, muito diferente do que significa para os brancos. Elas não devem ser acumuladas, pois seu valor está unicamente em seu uso, e na sua possibilidade de troca ou para presentear um parente ou um amigo. Como as mercadorias têm uma durabilidade maior do que a vida humana, não é sábio agarrar-se a elas. Doar faz parte do ato de repartir, de desaparecer e seguir propagando a reciprocidade, um princípio ético e espiritual fundamental para o povo Yanomami. Parece romântico para nós da sociedade dos acumuladores. Não que a sedução da mercadoria, não tenha chegado até alguns deles ou a outros grupos indígenas. Afinal, a mercadoria foi produzida para exercer um fetiche sobre os humanos, do qual é difícil se escapar, mas muitos ainda lutam bravamente contra as armadilhas que ela representa. Para se chegar próximo dessa perspectiva é preciso acreditar que existe vida, depois do naufrágio do capitalismo. Assim como existiu antes dele. É preciso capitular frente a nossa insignificância ao desconhecido, romper a prepotência e colocar em suspenso a nossa racionalidade ocidental, cognitiva e colonial.

Na perspectiva Yanomami, de acordo com Kopenawa, a morte física do indivíduo, deve ser a morte de toda materialidade que o cerca, para que este sobreviva em paz na dimensão espiritual e os seus sigam o curso da vida. Por isso, os ritos funerários são tão importantes, eles são a garantia de que o espírito seguirá em paz para as costas do céu, ao encontro dos ancestrais. Um Yanomami jamais deve ser enterrado, ele será cremado para que as cinzas de seus ossos, depois de ocupar a urna funerária, seja dada a um afeto muito chegado para cumprir-se determinados rituais. Cada Yanomami, só deixa para os seus, uma herança que é impagável – a Floresta. É dela a garantia da continuidade da vida, por ela seus descendentes retirarão a sua subsistência, farão as suas roças, caçarão seus animais e louvarão os espíritos que lá habitam. Para os Xamã, a Floresta é morada dos Xapiri, seres sagrados que ajudam a mantê-la e toda a riqueza que ela possui. Omama, seu Deus e Criador, a fez para que fosse habitada pelos ancestrais animais e humanos.

Através de Davi, conheci Omama e como na criação do mundo ele enterrou embaixo do solo todas as doenças, lá também fincou os minérios. Só que os brancos amam as mercadorias e *as peles de papel* que as podem comprar. Eternamente insatisfeitos desejam possuir tudo o que podem lhes trazer poder, prestígio e riqueza. Os brancos têm fascínio pelas mercadorias e quanto mais as possuem, mais as desejam, num ciclo sem fim. Então,

inventaram que os minérios, que estão embaixo da terra são valiosos e podem fornecer-lhes muitas *peles de papel* com que poderão comprar mais e mais mercadorias, assim como imensos pedaços da Floresta. Para alcançarem seus objetivos, derrubaram quantas árvores forem necessárias e comerão quanta terra der para ser comida. “*Os comedores de terra*” não passam de famintos a serviço dos grandes homens, que detêm muitas *peles de papel*. Eles são apenas como queixadas que comem e comem e nunca se satisfazem. Retiram do cascalho, aquilo que para eles tem valor e além de causarem imensas feridas na terra, ainda a envenenam, trazendo as fumaças de epidemia – *Xawara*, que a tanto tempos vem destruindo o povo Yanomami. Os garimpeiros que para Davi são os *comedores de terra*, se utilizam de pistas de pouso clandestinas, de helicópteros, de balsas, para chegar às terras yanomami e ao leito dos rios, poluindo-os com mercúrio, envenenando toda a vida vegetal, animal e humana. *Essas são as marcas das pegadas do branco sobre a Terra e sobre a Floresta. De Xawara em Xawara*, de epidemias em epidemias sobrevive os povos indígenas e o povo Yanomami.

Desde os primeiros contatos, vários grupos étnicos foram dizimados pelas doenças trazidas pelos brancos, como a tuberculose, o sarampo, a varíola, a catapora, a gripe, a Malária. Há mais de 500 anos o branco invadiu a terra dos povos originários e impulsionados pela expansão mercantil trouxe consigo todos os males da colonização. Dentre esses males estão as enfermidades, inclusive as sexualmente transmissíveis como a Sífilis, uma das muitas doenças silenciosas, que ainda hoje está presente no Norte e no Nordeste do país, fazendo vítimas. Somam-se a essas, outras formas de violência que ameaçam sistematicamente os povos indígenas e que tiveram suas atividades intensificadas nos últimos dois anos; como o garimpo ilegal, as queimadas, a grilagem, o desmatamento da Floresta Amazônica.

Agora com o Corona vírus, os povos indígenas se veem novamente confrontados pela ameaça de extinção e os Yanomami dentre estes são considerados os mais vulneráveis. A sua situação frente a intrusão de cerca de 20 000 garimpeiros em suas terras, tem sido desde sempre denunciada por suas lideranças. Hoje esses garimpeiros que transitam entre Boa Vista e as Reservas, principalmente próximas às aldeias, são os principais vetores de transmissão. Portanto, muitos Yanomamis se refugiaram na Floresta, outros como o Xamã Davi Kopenawa continuam em sua casa, no Watoriki, junto a Montanha do Vento, tentando com a ajuda dos Xapiri afastar a doença do seu povo.

Enquanto o Xamã Davi Kopenawa luta em Watoriki, seu filho mais velho; Dário Kopenawa Yanomami, luta como um guerreiro, na cidade de Boa Vista, capital de Roraima. Dario aprendeu, como seu pai e com ele, que

nessa luta gigantesca é preciso ter aliados. Para isso, formaram uma associação *Hutukara* em 2004, cujo nome é uma homenagem aos primórdios, quando os antepassados, a quem designa como *os maiores viviam e o céu caiu pela primeira vez, muito antes de estarmos aqui*. A *Hutukara* nasce do desejo de preservar a Floresta e garantir que a terra indígena Yanomami, demarcada com tanta luta em 1992, não continue sendo invadida pelos “*comedores de terra*”, pela mineração e pela grilagem.

Não obstante, hoje a luta contra o Covid 19 se tornou uma das pautas emergenciais da *Hutukara*, que junto com Instituto Socio Ambiental – ISA e outros parceiros lançaram uma campanha intitulada: #ForaGarimpoForaCovid, que contém uma petição que precisa atingir um mínimo de 300.000 assinaturas para ser enviada ao Congresso Nacional, ao Senado e aos órgãos competentes, afim de que a desintração dos garimpeiros se faça. Essa é uma das tentativas urgente de salvaguardar a vidas dos Yanomamis, impedindo que o vírus chegue às Aldeias.

O modo de vida tradicional dos povos indígenas aldeados e dos Yanomamis facilitaria em muito o contágio, porque além do espaço das aldeias, eles habitam em casas coletivas, compartilham utensílios e não teriam como fazer o isolamento. Hoje o confinamento é uma estratégia eficaz no combate ao contágio e a propagação da doença. Além dos Yanomamis, povos isolados por autodeterminação constituem um alvo fácil para o contágio. Soma-se a isso a precariedade da própria Secretaria de Saúde Indígena – SESAI do Ministério da Saúde, dos 34 Distritos Sanitários Especiais Indígena – DSEIs e os 361 Polos – Base locais, que cobririam um determinado conjunto de aldeias, funcionando como Postos de Saúde e as Casas de Saúde Indígena – CASAI. De acordo com a Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade,

Em termos quantitativos, tais competências se materializam no atendimento de 738. 624 indígenas que compõem aproximadamente 170.000 famílias residentes em 5.361 aldeias, segundo dados do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena – SIASI, pertencentes a 305 etnias, que falam 274 línguas distintas. Cada povo com seus costumes, as suas tradições, religiões e modos de organização social próprios, e, de acordo com a Fundação Nacional do Índio – FUNAI encontram-se dispersos numa extensão territorial de 1.135.182,35 Km<sup>2</sup>.<sup>3</sup>

Desde que a Covid-19 se tornou uma Pandemia e chegou ao Brasil, durante o primeiro óbito ocorrido em 19 de março e o primeiro pronunciamento do então Ministro Henrique Mandetta, até seu último pronunciamen-

3. <http://www.sbmfc.org.br> de 07 de fevereiro de 2018.



to em 19 de abril, em momento nenhum foi notificado os casos de Covid em territórios indígenas. A falta de pronunciamento a respeito, não é um acaso. Ela faz parte de um sistema que invisibiliza sistematicamente a população indígena, como habitante originário e legítimo desse país chamado Brasil. Essa invisibilidade, reforçada nesse governo, chega ao seu grau máximo de descaso, pois como disse o cacique Kayapó Raoni, o coronavírus se tornou um grande aliado nas intenções do governo Bolsonaro de exterminar as populações indígenas. Essa fala é extremamente pertinente quando se analisa o racismo estrutural que constitui a sociedade brasileira e suas instituições. A política de aniquilamento do outro é uma das faces do racismo e está contida no que Achilles Mbembe chama de Necropolítica, que vem sendo desenvolvida no Brasil desde a colonização. Para o pesquisador.

A ocupação colonial em si era uma questão de apreensão, demarcação e afirmação do controle físico e geográfico – inscrever sobre o terreno um novo conjunto de relações sociais e espaciais. Essa inscrição de novas relações espaciais (territorialização), foi enfim equivalente a produção de fronteiras e hierarquias, zonas e enclaves; a subversão dos regimes de propriedades existentes; a classificação das pessoas de acordo com diferentes categorias; extração de recursos; e finalmente, a produção de uma ampla reserva de imaginários culturais. Esses imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço; em resumo o exercício da soberania. O espaço era portanto, a matéria prima da soberania e da violência que ela carregava consigo. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado a uma terceira zona; entre o estatuto de sujeito e objeto. (MBEMBE, 2018, p. 39)

A passagem da soberania colonial das mãos da Metrópole, para um domínio imperial e posteriormente republicano, obedeceu a determinados elementos que se moldaram a mudança de regime, sem alterar o poder de determinados segmentos sociais. Os proprietários de terra, os grandes latifundiários, sempre foram os mandatários do Brasil. Esse poder que se perpetuou, continua sendo a chave de problemas insolúveis no Brasil. Em nome dele e para sua manutenção homens e mulheres foram compulsoriamente trazidos da África para o Brasil na condição de escravos. A base da soberania colonial foi estruturada sobre a expropriação de espaços, tempos e corpos. Esse foi o *modus operandi* que a classe dominante apreendeu a exercer seu poder econômico e político. Soberania no Brasil foi construída na capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem deve viver e quem deve morrer.

Em reunião do dia 22 de abril o então Ministro da Educação Abraão Weintraub declara o seu ódio pelos povos indígenas e manifesta o seu de-

sejo de “integrá-los” à população brasileira. Essa tentativa de integração, pode ser lida como aniquilamento. A perda da identidade de um grupo é similar a sua destruição, enquanto sujeito coletivo de direitos. É a destruição de seus laços de pertencimento, de territorialidade, de sua sociabilidade, de sua História e Memória e, portanto, de sua continuidade. No caso dos indígenas, as tentativas de assimilação cultural e existencial foram promovidas pelo Estado brasileiro, desde os primórdios da colonização. Essa perspectiva foi amplamente discutida na década de 1980, com alguns avanços na nova Carta Constitucional. Não obstante, os resquícios de sua concepção submergem agora com o governo do atual presidente Jair Bolsonaro. Sustentada pela política do ódio, que ficou evidente na fala de Abraão Weintraub, ela se configura pelo exercício do autoritarismo, conservadorismo, racismo e um modelo de desenvolvimento pautado pela expropriação. Esse modelo com significativas permanências coloniais têm no extrativismo mineral e no latifúndio de monocultura para exportação e pecuária, um *modus operandi* de destruição do meio ambiente e dos modos de vida tradicional. Alia-se a isso os parques investimentos feitos pelo governo, nos órgãos de fiscalização, o seu desmonte e a repressão as iniciativas para conter os infratores da legislação ambiental. Além do desprezo explícito pelas populações indígenas, o que configura racismo por parte do Estado, além de outros crimes contra os Direitos dessas populações.

Os pesquisadores das Ciências Sociais que se debruçam sobre pesquisas que envolvem os processos de colonização e as relações raciais no Brasil, sabem que o discurso de assimilação cultural e de miscigenação foram correlatos, no caso dos africanos e afrodescendentes no Brasil, no final do século XIX, início do XX, numa tentativa de modernizar e embranquecer o Brasil. Já para os indígenas a esperança da extinção racial ou da conversão religiosa e assimilação cultural pauta as políticas, desde o tempo dos Jesuítas, no início do século XVI. A promoção da catequese pela Companhia de Jesus e a conversão das almas dos gentios foi a missão dessa instituição por quase dois séculos, até a sua expulsão na era Pombalina em 1759. Nesse sentido, me pareceu oportuno citar a dissertação pioneira para o Mestrado em Antropologia Social da UFRJ, intitulada: *O combate dos Soldados de Cristo na Terra dos Papagaios* (Baeta Neves, 1978). Entretanto, outras ordens missionárias católicas, como Salesianos, Capuchinhos dividiram territórios de conversão. A luta pelas almas dos indígenas se ampliou entre católicos e evangélicos principalmente na Amazônia.

A Missão Novas Tribos do Brasil (MNTB), regularizada como instituição jurídica em 1953, em Goiás, se constitui numa corrente norte – americana protestante cujo objetivo é construir igrejas e converter ao cristianismo povos indígenas, principalmente os de recente contato. Essa instituição

tem sido uma grande ameaça a autonomia e saúde dos povos isolados, principalmente no Vale do Javari, na Amazônia Brasileira, que estão tendo que lidar com a investida desses missionários que ainda ameaçam essas populações de serem contaminadas pela Covid 19. A prática missionária sempre foi sancionada pelo Estado Brasileiro, fora algumas restrições colocadas em alguns períodos governamentais. Entretanto, no governo Bolsonaro ela é amplamente incentivada. Fato é que o próprio presidente, em fevereiro de 2020, nomeou um ex- missionário evangélico para assumir a Coordenação de área dos Indígenas isolados da FUNAI, mesmo que posteriormente tenha sido demitido, isso demonstra nitidamente as intenções do governo.

Em Declaração à ONU em setembro de 2019, o presidente Bolsonaro se refere aos povos indígenas como povos da caverna, reeditando a promessa de Modernidade contida em várias políticas governamentais. Essa ideologia forjada por um racismo que é estrutural se consubstanciou através de diferentes projetos, cujo objetivo primordial era enquadrar os indígenas num processo civilizatório branco, ocidental ou abandoná-los à própria sorte.

O Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPI) a partir de 1918 apenas SPI foi criado em 20 de junho de 1910, pelo Decreto nº 8.072, tendo por objetivo prestar assistência a todos os índios do território nacional. O projeto do SPI instituía a assistência leiga e era sustentado por uma política que acreditava na superação da condição do índio, pelo civilizado. Dentro de uma visão evolucionista e positivista da época, acreditava-se que o indígena era o equivalente ao primitivo da humanidade. Nesse sentido, a política indigenista adotada iria civilizá-lo, transformaria o índio num trabalhador como qualquer outro. Um século depois, essa é a perspectiva que orienta as políticas de Bolsonaro para a população indígena. Demonstrando o seu profundo racismo e conservadorismo.

Os primeiros contatos esporádicos com subgrupos dos povos Yanomami se deram por volta dessa época, entretanto, os contatos sistemáticos só irão acontecer nos anos de 1940-1950. Os contatos com o grupo de Davi Kopenawa se deram no início dos anos de 1960, com a Missão Catrimani, quando este ainda contava com quatro anos de idade. Davi morava num lugar chamado por seu povo de Marakana, próximo às margens do rio Toototobi. Ele narra o seu encontro com os colonizadores e fala do medo que sentiu ao ver povos tão estranhos.

Quanto a mim, encontrei pela primeira vez brancos quando ainda era muito pequeno. Não sabia nada a respeito deles. Na verdade, nem mesmo pensava que tais seres pudessem existir. Era gente da

Inspetoria e soldados da Comissão de limites. Chegaram, certo dia, até nossa casa de Marakana. Tinham subido o rio em nossa direção, durante dias e dias, amontoados em grandes canoas a motor carregadas de alimentos e caixas de mercadorias. Eram muitos. Um grupo deles entrou de repente na nossa casa para pedir ajuda aos nossos parentes. Estavam recrutando homens para acompanhá-los e transportar seus pesados carregamentos pela Floresta. Pretendiam chegar até a nascente do Rio, para lá cavar buracos e plantar grandes pedras retas. Nossos antigos nadacompreendiam de sua língua de fantasma. Por fim, um Xama'ari que tinha conseguido uma esposa entre nós falou com eles. Ele já conhecia bem os brancos por ter trabalhado a jusante, no rio Aracá, perto da Cachoeira dos Índios e tinha aprendido um pouco a língua deles... Não me lembro de tudo o que aconteceu na época, porque é muito antigo. Mas não esqueci a chegada desses forasteiros, porque me deixaram apavorado! (KOPENAWA, 2015, p. 43)

Davi Kopenawa, em suas primeiras impressões do contato com os brancos, relata que quando os yanomami foram avisados da chegada dos napë, que é como eles denominam os brancos, forasteiros, as mulheres esconderam seus filhos com medo de que estes fossem levados pelos brancos. Diz ainda que sua mãe o fez agachar do seu lado e o cobriu com o grande cesto de cipó, que utilizava para buscar lenha. Encolhido em silêncio e olhando pelas frestas tecidas do cesto, observava os brancos e os achava horríveis, enquanto o seu coração batia forte no peito, com medo daquela visão que nunca tivera antes. Quem eram aqueles seres que as mães Yanomami tinham medo que roubassem seus filhos. Segundo o autor, seus antigos se lembravam de casos de crianças Yanomami que haviam sido levadas pelos soldados da comissão de Limites, quando seus ascendentes habitavam as terras altas do rio Mapulaú. Para a criança Davi Kopenawa Yanomami, o medo de ser levado, por aqueles seres, era assustador. Homens brancos, peludos, vestidos, usando relógios e óculos, que ainda falavam numa língua, que não se faziam entender, com suas máquinas que voavam sobre a Floresta, de onde teriam vindo tais seres. Com o passar do tempo, já adulto, ele compreendeu que aqueles homens tinham vindo demarcar a fronteira do Brasil, no meio das terras yanomami, e que mais tarde seus filhos viriam para apoderar -se dela, retirar o ouro da Floresta, dos rios e ameaçar a existência de seu povo. No princípio;

Eles precisavam de nossa ajuda, nos tratavam bem, nos ofereciam suas mercadorias, e alguns habitantes de *Marakana* já haviam se encontrado com esses, durante viagens rio abaixo, pensavam que eles eram generosos, suas panelas eram muito valiosas, suas redes, só que não tinham ideia, que com essas mercadorias chegava junto a doença, as *Xawara* e a morte de muitos yanomamis, que não tinham imunidade para lidar com a doença trazida pelos brancos. (KOPENAWA, 2015, p. 244)

De acordo com o Instituto Socio Ambiental – ISA entre 1974-1975, durante a construção da Rodovia Perimetral Norte, uma epidemia teria exterminado 22% da população Yanomami de quatro aldeias próximas a construção da estrada. Dois anos depois, uma nova epidemia de Sarampo matou metade da população que habitava as proximidades do Rio Apiáú.

Durante a construção da Rodovia Perimetral Norte, Davi Kopenawa havia retornado para a FUNAI de Boa Vista, ele relata que foi trabalhar como intérprete pela segunda vez, dessa vez a margem da Perimetral, num posto instalado no local, que era habitado por um subgrupo Yanomami chamado por estes de Yamari. Segundo Kopenawa, esse grupo foi o primeiro a ver os brancos rasgarem o chão da Floresta, com suas máquinas gigantes, para abrirem a estrada. Em seus pensamentos ele relata que

Quando eu era criança, os brancos subiram os rios e começaram a fazer morrer nossos antigos em grande número. Depois voltaram, de avião, de helicóptero. Então suas fumaças de epidemia, mais uma vez, fizeram morrer muitos de nós. Agora, eles tinham resolvido abrir uma de suas estradas até o meio de nossa Floresta, e suas doenças iriam com certeza devorar os que tinham sobrevivido. Eu ficava pensando em tudo isso, quando estava sozinho no Posto da FUNAI. Isso me atormentava e me entristecia. Dizia a mim mesmo: ‘os brancos rasgam a terra da floresta. Derrubam árvores e explodem as colinas. Afugentam a caça. Será que agora vamos todos morrer das fumaças de epidemia de suas máquinas e bombas. Eu sabia que essa estrada só iria nos trazer coisas ruins. Ninguém nos tinha avisado, antes das obras começarem. (KOPENAWA, 2015, p. 305)

Em sua permanência em Manaus, para cuidar de uma tuberculose adquirida, durante a sua primeira permanência na Funai, Kopenawa havia escutado que para abrir a estrada que liga Manaus à Boa Vista, os brancos haviam matado muitos indígenas Waimiri – Atroari, pois a estrada passava dentro de suas terras e os guerreiros haviam lutado e sido mortos pelos soldados. Temia que o mesmo acontecesse aos Yanomami. Entretanto, como havia previsto, não foram as balas que os mataram e sim as fumaças de epidemia, trazida mais uma vez pelos brancos. Não é à toa que Kopenawa ao se referir ao Covid-19, fala com muita sabedoria, que essa epidemia é mais uma vez o rastro dos brancos sobre a Terra. Essa história do contato narrada por Davi, tem semelhanças, no modus operandi do encontro dos brancos com muitas etnias indígenas e o extermínio de grupos inteiros por doenças como a Malária, a Varíola, o Sarampo, a Coqueluche, a Gripe, a Pneumonia e agora a Covid-19.

O cenário em que a Pandemia do Corona vírus se espalhou é um dos piores em cinquenta anos desde as epidemias que devastaram muitos povos

indígenas na Amazônia e no Brasil. Ele se dá em meio a uma ofensiva do Estado brasileiro aos direitos duramente conquistados pelos povos indígenas e ainda muito limitados. Esses direitos promulgados pela Constituição Federal de 1988 e reconhecidos legalmente pela Organização Internacional do Trabalho – OIT são alvos sistemáticos de ataques pelos setores que administram o agronegócio e a Mineração. No atual governo, uma série de medidas vêm promovendo o enfraquecimento da FUNAI e dos órgãos de proteção ambiental como o IBAMA. Nesse sentido, a pandemia vai se tornando uma aliada do Estado brasileiro na sua política de extermínio aos povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros tantos grupos étnicos no campo e na cidade.

As primeiras notícias da chegada do vírus nas comunidades indígenas da Amazônia, e do Brasil, datam de 19 de março, com a chegada do vírus na região do Alto Solimões, no Amazonas, causada por um médico assintomático, à serviço da SESAI, que contaminou uma agente de saúde do povo Kokama, que trabalhava com ele. A ausência total de políticas eficazes de saúde para as populações indígenas fez com que o contágio se alastrasse rapidamente na região e os casos de morte se intensificassem em abril. No dia 09 de abril, morre o primeiro Yanomami. De acordo com Márcio Santilli, do ISA, em boletim divulgado no dia 14 de abril, no Blog da Instituição, aparece a seguinte informação:

Na quinta-feira (9/4), morreu em Boa Vista (RR), um jovem estudante Yanomami de 15 anos, por infecção pulmonar provocada pela Covid-19. Ele nasceu na comunidade Herepi, na Terra Indígena (TI) Yanomami, mas estudava o ensino fundamental em uma escola da comunidade Boqueirão, na TI Boqueirão, dos povos Macuxi e Wapichana, no município de Alta Alegre, no norte de Roraima. Seus pais, cinco profissionais da saúde indígena, um piloto de avião e a comunidade Helepi, com cerca de 70 pessoas, estão isolados e sendo monitorados pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), do Ministério da Saúde, por terem mantido contato com o jovem. Até o momento, não se sabe como ele foi infectado. O nome do menino e outras circunstâncias da sua vida serão aqui omitidas em respeito ao tratamento que os Yanomami dão aos seus mortos. Cabe apenas mencionar que ele tinha um histórico de anemia e de seguidas malárias, o que pode ter sido decisivo para que ele não resistisse à infecção pelo coronavírus. Informações divulgadas pela imprensa dão conta de que o estudante passou 21 dias com os sintomas do novo coronavírus, buscando atendimento e não foi submetido ao teste para Covid-19, no início da doença. Ele chegou a receber alta do Hospital Geral de Roraima. O caso explicita uma fragilidade no sistema da saúde indígena. O pior é que, seguindo as orientações das autoridades sanitárias, o corpo do menino foi imediatamente

enterrado, como indigente, no cemitério de Boa Vista. Os seus pais nem foram avisados. “Os pais estavam planejando levar o corpo do filho para Herepi, onde ele nasceu. Eles não autorizaram enterrar em Boa Vista”, afirmou Dario Vitório Kopenawa, coordenador da Associação Hutukara.

Entre 26 de abril e 26 de maio, São Gabriel da Cachoeira (AM), município do Estado do Amazonas, a margem esquerda do Rio Negro, considerado o maior município indígena do Brasil tem 929 casos de Covid-19 confirmados e 21 mortes, desses 12 são indígenas, que habitam o município e o seu entorno.

Em 16 de maio, o presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro – FOIRN, Marivelton Barroso Baré revela que disparou assustadoramente os níveis de contágio na região de São Gabriel da Cachoeira. Na semana anterior, em 05 de maio, a Articulação dos Povos indígenas do Brasil – APIB registra a chegada da doença em 29 povos indígenas de quatro regiões do país e mais de 120 indígenas contaminados. Na mesma época o ISA contabilizava 23 óbitos de indígenas em área rural e 402 casos, que estariam referidos pela SESAI. Contudo, de acordo com a COIAB – Coordenação dos Indígenas da Amazônia Brasileira, esse número não dava conta da realidade, pois a Secretaria Especial de Saúde indígena não considera os quase 40% de indígenas que moram no espaço urbano, assim como seus Distritos de Saúde Indígena – DSAI não os inserem nos dados e as Casas de Atendimento à saúde indígena – as CASAI, não os reconhecem e nem os atendem.

Em 19 de maio, um mês após a demissão do Ministro da Saúde, Henrique Mandetta, e sua substituição imediata pelo médico Nelson Tacher, para o Ministério, em meio a Pandemia, o número de casos de indígenas contaminados havia subido para 482 e o Alto Solimões se encontrava dentro a região com maior índice de indígenas contaminados na Amazônia Brasileira. Nesse um mês, o Brasil havia atingido um total de 253 406 casos e 16 771 óbitos sendo 25 destes de indígenas aldeados (ISA, 2020).

Em 21 de maio, numa Live sobre o impacto do Covid 19 nos povos indígenas, organizada pela Anistia Internacional e mediada pela secretária executiva da organização no Brasil; Jurema Werneck, com a presença do professor Gersen Baniwa, antigo Secretário Municipal de Educação em São Gabriel da Cachoeira, e ex – coordenador da Educação Escolar Indígena –, durante o governo Lula e Toya Manchieri da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB, que afirmava a existência de subnotificação no caso dos óbitos e da contaminação, por parte dos órgãos oficiais. De acordo com a COIAB, 33 povos já estariam contaminados

dos 170 que existem na Amazônia Brasileira e o número de óbitos seria mais do que os apresentados pela SESAI. Os dados apresentados afirmavam a subnotificação, a falta de testagem e acolhimento do Ministério da Saúde para com as populações indígenas. Para a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB, até o dia 27 de maio havia 1.350 indígenas infectados e 147 mortos. Sendo o estado do Amazonas o epicentro da Covid 19, onde foi constatado que 28 profissionais de saúde indígena na Amazônia Brasileira estavam contaminados, além da morte de 42 indígenas da etnia Kokama do Alto Solimões

O agravamento dos casos de Covid 19 no estado do Amazonas e sua propagação rápida para o interior, além do alto número de óbitos em Manaus se deveu sobretudo, ao sucateamento dos hospitais do SUS e ao fato de que os 62 municípios do Amazonas não possuem Unidades de Tratamento Intensivo, sequer hospitais equipados, inclusive com recursos humanos. Como os casos foram concentrados em Manaus, isso facilitou o colapso de um sistema de saúde já precário. Os hospitais da cidade de Manaus estavam com a sua capacidade máxima e agora a situação está mais crítica ainda no interior do Amazonas. O único hospital com UTI do interior do Amazonas fica na cidade de Tefé, situada a 522 km de Manaus. Os Distritos de Saúde Indígena são responsáveis pelo atendimento dos indígenas aldeados, *mas 36% dos indígenas do Brasil vivem em área urbana e não são atendidos pelos DSEI e sim pelo Sistema Unificado de Saúde (SUS) onde os indígenas são geralmente discriminados* (APIB, Boletim de 27 de maio de 2020).

Soma-se a isso, o distanciamento das comunidades indígenas, o seu modo de vida comunitário, empreendendo dificuldades ao isolamento social, a falta de segurança alimentar, a questão da imunidade genética para as doenças de brancos e o total desinteresse do Estado em viabilizar políticas públicas e fornecer autoridades médico-sanitárias, que pudessem ajudar na prevenção e no contágio. É importante ressaltar que muitos dos médicos cubanos, que foram demitidos com o cancelamento do Convênio de Saúde entre Brasil e Cuba, na gestão da presidente Dilma Rousseff, atuavam em postos de cidades do interior do Norte e do Nordeste, atendendo inclusive comunidades indígenas e ribeirinhas.

Não obstante, as condições objetivas contrárias, às organizações indígenas fizeram a sua parte, informando, doando máscaras, fornecendo alimentação e material de higiene, com ajuda de parceiros como o Greenpeace, o ISA e outros. Alguns grupos de indígenas se refugiaram na Floresta, na tentativa de barrar o contato com o vírus. Embora, essa estratégia tenha retardo para muitos o processo de contágio, ela não foi suficiente para outros, pois o vírus acabou chegando em muitas aldeias, mesmo as que



se encontravam afastadas da cidade. Tal fato se deu muito em função, na busca por subsistência e por intermédio dos indígenas que foram receber o auxílio de R\$600, 00 do Governo Federal e contaminaram seus parentes no retorno. Outro dado a ser considerado foi a tentativa de missionários de entrarem nas aldeias. O fato é que os indígenas de diferentes etnias tiveram de buscar suas próprias estratégias de construir barreiras sanitárias, fortalecendo suas organizações internas. No caso dos Yanomami os garimpeiros, se transformaram num vetor preferencial, pois esses transitam entre Boa Vista e os territórios invadidos sistematicamente. Fato é que rapidamente o Covid-19 se espalhou por outras regiões e no início de junho de 2020 já invadia com força o Estado de Roraima, chegando às aldeias Yanomami.

No final do mês de maio, os Yanomami, com apoio do ISA, lançam a Campanha #ForaGarimpoForaCovid, um desdobramento do encontro que aconteceu em novembro de 2019. De acordo com o ISA, o Fórum de Lideranças Yanomami e Ye'kwana foi criado durante o processo de construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental da Terra Indígena Yanomami. Esse Fórum se constituiu como a principal instância decisória do Território. Participaram do Fórum lideranças Yanomami e Ye'kwana e da Hutukara – Associação Yanomami (HAY), Associação Wanasseduume Ye'kwana (SEDUUME), Associação das Mulheres Yanomami Kumirawoma (AMYK), Texoli, Associação Ninam do Estado de Roraima (TANER), Associação Yanomami do Rio Cauaburis e Afluentes (AYARCA), Associação Yanomami do Rio Marauíá e do Rio Preto (KURIKAMA), Associação dos Povos Yanomami de Roraima (HAPYR). (ISA, novembro, 2019)

Em novembro de 2019, quando a ameaça do Covid -19, ainda não se fazia presente, eles elaboraram um documento a ser endereçado ao governo Federal e ao STF. Nele os Yanomami e Ye'kwana solicitavam providências urgentes do Estado brasileiro, frente a mineração ilegal em suas terras.

No documento, as lideranças descrevem os diversos impactos da presença e atividade garimpeira na Terra Indígena. Conforme denúncia a carta, “os garimpeiros estão envenenando as pessoas e contaminando rios, peixes, e espantando a caça”. Diagnóstico feito pela Fiocruz revela que em uma comunidade do Rio Uraricoera, na TI Yanomami, mais de 90% das pessoas que participaram da pesquisa apresentaram alto índice de contaminação por mercúrio. “O governo tem o dever de acabar com isso e trabalhar para cuidar da saúde dos povos Yanomami e Ye'kwana e proteger a terra-floresta”, diz o texto. (ISA, Nov, 2019)

A campanha #ForaGarimpoForaCovid ampliou as discussões de novembro, a partir de mais um eixo de luta, além do Garimpo. Dessa vez, o inimigo é também a Covid 19. Em 03 de Junho, a campanha é lançada em

Rede, através de uma Live produzida pelo ISA, com a presença de Dario Kopenawa Yanomami, da antropóloga Alcida Rita Ramos, pesquisadora da UNB, que trabalhou com os Yanomamis entre 1968 – 1973, o que resultou na tese de doutorado em Antropologia Social em 1971, pela Universidade de Wisconsin, Marcos Wesley indigenista do ISA e mediador e Antônio Oviedo, pesquisador da Rede do Clima – UNB. Nessa Live eles divulgam um trabalho realizado pela Universidade Federal de Minas Gerais, sob o impacto do coronavírus com a permanência dos garimpeiros sobre a população Yanomami. A pesquisa aponta que a Covid-19 pode contaminar cerca de 40% dos Yanomamis que vivem próximos as áreas do garimpo<sup>4</sup>. As análises desse estudo da UFMG em parceria com o ISA classificam os povos Yanomami como o povo mais vulnerável à pandemia de toda a Amazônia Brasileira.

Para chegar as conclusões, os pesquisadores usaram modelos matemáticos baseados em dados de populações indígenas brasileiras, os índices de mortalidade por Covid-19 em cada Estado e as informações dos atendimentos médicos na Região, com o número de leitos, UTIS e Respiradores. Um dos indicadores mede a vulnerabilidade dos Postos de Saúde das comunidades indígenas, considerando informações como: capacidade de transporte dos doentes e os primeiros atendimentos necessários prestados.

De acordo com o levantamento feito todos os 37 postos de saúde do Território Yanomami obtiveram a pior nota, dentre os 172 Postos de Saúde Indígena, da Região. Os Postos Yanomami obtiveram nota 0,7 num índice que vai de 0 a 1. Sendo as notas mais próximas de 1, as piores notas. A pesquisa foi revisada pela Fundação Oswaldo Cruz.

Os Yanomami correm o risco de sofrer um Genocídio, com a cumplicidade do Estado Brasileiro, caso medidas urgentes não sejam tomadas para expulsar os garimpeiros e melhorar a assistência médica às comunidades, O Garimpo está associado a maior incidência de doenças infecciosas na Amazônia, como a Malária. Segundo dados divulgados pelo ISA e a Hutukara, a Terra Indígena Yanomami abriga atualmente cerca de 27 398 membros dos povos Yanomami e Ye'kwana, espalhados por 331 aldeias que ocupam regiões do estado do Amazonas e de Roraima e se estende por boa parte da fronteira com a Venezuela. Rica em depósitos de ouro, a área é alvo de garimpeiros desde a década de 1980.

No início do mês de abril, quando a Pandemia ainda não havia chegado à Região, a BBC News Brasil publicou uma reportagem sobre o avan-

---

4. <https://www.socioambiental.org>.

ço de garimpeiros, em uma área habitada por uma comunidade Yanomami que vive em isolamento voluntário.

A campanha Fora Garimpo objetiva a retirada dos 20 000 garimpeiros. De acordo com os levantamentos feitos durante a pesquisa, 50% destes estariam localizados próximos a 13 800 Yanomami. Caso isso não ocorra, a perspectiva de contágio, em 120 dias será de aproximadamente de 5600 casos, os já 40% mencionados anteriormente. Ainda de acordo com a pesquisa ISA/UFMG, o Covid é uma tragédia anunciada para os povos indígenas e os Yanomami que sobreviveram a várias epidemias, desde os primeiros contatos, temem ver seus anciãos que constituem 4,5% da população Yanomami não sobreviverem a essa. Nos últimos dois anos houve uma invasão intensa de garimpeiros, semelhante ao que acontecia nos anos de 1980. Esse processo barrado na década de 1990, após a repercussão internacional do massacre de um grupo de Yanomami por 15 garimpeiros e 4 pistoleiros dos donos do garimpo, que residiam em Boa Vista, obrigou o Estado brasileiro a tomar providências para conter o garimpo ilegal. O Massacre de Haximu, como ficou conhecido, ocorrido em 1993 mobilizou a Comissão de Defesa de Direitos Humanos da ONU e levou Davi Kopenawa Yanomami a lutar intensivamente por seu povo.

Os anos que se seguiram, com os órgãos de fiscalização, mesmo com dificuldade, conseguiam fazer a proteção das terras indígenas demarcadas, queimando máquinas, expulsando garimpeiros e aplicando multas para madeireiros em vista de desmatamentos ilegais. Contudo, segundo levantamento do ISA e da Hutukara no ano de 2018, o número de garimpeiros cresceu de 3000 para, 10000 em 2019 e 20000 em 2020. Sendo a última operação contra o garimpo ilegal na Terra indígena Yanomami, teria ocorrido em agosto de 2019, sem grandes repercussões para os garimpeiros e seus empresários.

A conclusão da pesquisa UFMG/ISA de acordo com Antônio Oviado é que se não se operar a expulsão dos garimpeiros, o índice de contágio será de 40% no pior cenário, de 15% num cenário médio e de 6% num cenário mais otimista em relação ao impacto da Pandemia nas populações Yanomami e Ye'kwana. As probabilidades de letalidade são favoráveis aos Yanomami que contraírem o vírus, pois os indígenas que estão doentes na Casa de Atenção à Saúde indígena – CASAI de Boa Vista não tem infraestrutura para tratar dos infectados, além de estar se transformando num polo de contágio. Alguns indígenas atendidos pela CASAI – Boa Vista, que lá estavam por outras doenças, por ineficiência da FUNAI não conseguiram retornar as aldeias e acabaram contaminados pela Covid-19.

Além do mais, pesquisas realizadas pela Fio Cruz indicam que os indígenas, num universo de 100.000 habitantes tem 150% de probabilidades

de contrair o vírus, do que os brancos. A campanha Fora Garimpo solicita ao órgãos do Governo Federal, a retirada imediata dos garimpeiros da Terra Indígena Yanomami, denuncia o descaso com a invasão dos garimpeiros, a poluição dos rios por Mercúrio, o desmatamento da Floresta, que segundo índices do INPE, entre abril de 2019 e maio de 2020 aumentou em mais de 100%, o que facilitará em muito as queimadas no período seco da Amazônia.

A *Reuters*, uma sólida agência internacional de notícias, com sede em Londres, publicou várias imagens de satélite das Terras indígenas Yanomami, na Amazônia Brasileira, que demonstram um aumento de 20 vezes da mineração ilegal, nos últimos cinco anos, principalmente ao longo de dois rios Uraricoera e Mucajá. Somadas, as áreas de mineração cobrem oito quilômetros quadrados, o equivalente a 1.000 campos de futebol. A Reuters trabalhou com a Earthrise Media, uma organização sem fins lucrativos que analisa imagens de satélite, para traçar a expansão do desmatamento. As imagens demonstram que a atividade de mineração, dada a dificuldade de intrusão, ainda é de pequena escala, embora, seja devastadora para o meio-ambiente, pois o uso de mercúrio, para separar o ouro da areia, já esteja presente nos rios, contaminando toda a cadeia alimentar<sup>5</sup>.

Atualmente, a pandemia de corona vírus ameaça os Yanomami, tanto quanto o garimpo em suas terras. Até o final do mês de junho, contavam-se mais de 160 casos confirmados de Covid e cinco mortes. Dentre esses cinco óbitos estão 3 bebês e um recém-nascido. Três mulheres, do grupo Sanõma, pertencente a etnia Yanomami, foram levadas para Boa Vista, pois seus filhos apresentavam suspeita de pneumonia. No hospital os bebês morreram e os corpos desapareceram, há indícios de que estejam enterrados no cemitério do município. As mães que também estão contaminadas por Covid se encontram na CASAI de Boa Vista e não sabem falar português. Estão desesperadas, foram violentamente afastadas de seus bebês e ninguém lhes informa o que foi feito de seus corpos. Elas levaram seus filhos para serem tratados e não os viram mais. Há ainda uma quarta mulher Yanomami, registrada como Rosinete e pertencente a comunidade que fica junto a Missão Catrimani. Ela estava grávida e com suspeita de corona vírus. De acordo, com o relato de seu companheiro, Remo, à Rede Pró – Yanomami e Ye'kwana, ele a levou ao Posto de saúde, próximo a aldeia. Lá sentindo as dores do parto, ela foi transferida de avião para o Hospital em Boa Vista, em 27 de abril.

Minha mulher estava com muita dificuldade de respirar, estava muito fraca e quase morreu! E eu perguntei para o médico: 'Será que ela vai morrer?'. 'Não. Ela está um pouco forte por dentro ainda', disse.

5. <https://br.reuters.com>.

Na maternidade, nos colocaram para dormir separados de outras pessoas. Meu filho morreu, no dia 28 de abril mesmo, no dia em que nasceu, ele morreu. Nasceu de manhã e à tarde morreu. Eu fiquei muito triste. Eu estou triste ainda. O médico não disse por que ele morreu. Só me perguntou: 'Ei, você é papai?'. 'Sim, eu sou papai'. 'Desculpa aí, seu filho morreu. Ele estava com muita dificuldade de respirar e por isso morreu'. Ele morreu acho que às 14h, mas não sei... Só tem no documento. Eu disse para o enfermeiro: 'Eu quero visitar meu filho!'. Mas ele disse: 'Espera, só depois. Os médicos estão examinando ainda'. Aí eu esperei, esperei, esperei e depois chegou informação: 'Seu filho morreu de dia'. O corpo, acho que está lá ainda na UTI, eu não sei onde está. Na Casai, eles também não disseram onde está o corpo do meu filho. Eles não dão informação sobre onde está o corpo. Eu tenho um papel que fala sobre o meu filho [declaração de nascido vivo] e aqui na Casai a enfermeira perguntou: 'Onde é que está o seu filho?'. Eu disse: 'Morreu!'. 'Onde está o documento falando que ele morreu na maternidade?'

A trágica história de Remo e Rosinete demonstra o desrespeito pela vida dos povos indígenas. Eles só voltaram para casa, quase dois meses após o ocorrido, em 19 de junho, sem o corpo do filho. Essas notícias se espalharam fora do Brasil, e foram alvo de comentários em jornais como o *El País*, em matéria assinada por Eliane Brum em 24 de junho com o título: *Mães Yanomami imploram pelos corpos de seus bebês*<sup>6</sup>.

A Casa de Saúde Indígena (Casai), onde ficam os Yanomami levados à cidade, tornou-se um dos principais focos de contaminação e Remo, o Yanomami que levou sua mulher para a maternidade, onde seu filho morreu após o parto, também foi contaminado pela Covid, quando estava na Casai. A Rede de pesquisadores pró – Yanomami e Ye'kwana informa que; *mais de 80 indígenas já foram infectados ali, 48% dos casos de Covid-19 entre os Yanomami e Ye'kwana. Há casos de Yanomami que tiveram alta de outras doenças e aguardavam há mais de dois meses seu retorno à Terra Indígena*. Além de toda violência a que estão submetidos os Yanomami, com suas terras invadidas pelo garimpo, o descaso do Estado, a ineficiência dos Distritos de Saúde Indígena, ainda sofrem com a violação dos corpos de seus mortos.

O Ministério público de Roraima foi acionado pela Hutukara, além de outros órgãos que estão cobrando explicações sobre essa violência perpetrada pelo Estado, com o sumiço dos corpos dos bebês e o seu enterro sem o conhecimento das mães. No mesmo contexto de violações a Hutukara denunciou na sexta – feira, dia 26 de junho o assassinato de dois Yanomami, fato que foi publicado pelo Jornal de Boa Vista, no dia 23 de

---

6. <https://brasil.elpais.com>.

junho. Esse assassinato teria ocorrido nas proximidades da comunidade Xaruna, num desentendimento entre garimpeiros e indígenas<sup>7</sup>. Os Yanomami temem que aconteça um outro massacre como o de Haximu. Até o final desse artigo, outros indígenas de várias etnias e históricas lideranças morreram em virtude da Covid-19. O Estado Brasileiro, através do atual governo, em sua omissão criminoso para com as populações indígenas, é diretamente responsável por essa tragédia. Cada liderança, cada ancião que morre, levam consigo não só a História e a Memória de seu povo, mas uma grande parte de nossa História. Desse modo, como diz Davi Kopenawa Yanomami, todos perdem.

## Referências

**Anistia Internacional Brasil.** Disponível em: <http://anistia.org.br>. Acesso em: mai-jun, 2020.

**APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil.** Disponível em: <https://apiboficial.org>. Acesso em: mar-jun, 2020.

**BARAZAL, Neuza Romero. Yanomami. Um Povo em Luta pelos Direitos Humanos.** São Paulo: Edusp, 2001.

**BRASIL. Constituição da República Federativa.** Brasília: Senado Federal, 1988.

**BRASIL. Ministério da Saúde – Secretaria Especial de Saúde Indígena,** 2020.

**COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira.** Disponível em: <http://coiab.org.br>. Acesso em: mar-jun, 2020.

**Dicionário Tupi-Guarani.** Disponível em: <https://www.dicionariotupiguarani.com.br>. Acesso em: mar, 2020.

**El País Brasil – Jornal,** 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com>. Acesso em: jun, 2020.

**Folha de São Paulo,** 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br>. Acesso em: jun, 2020.

**ISA – Instituto Socio-ambiental,** 2020. Disponível em: <https://www.socioambiental.org>. Acesso em: abr-jun, 2020.

**KOPENAWA, Albert; BRUCE, Davi. A Queda do Céu.** Palavras de um Xamã Yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

---

7. <https://www.socioambiental.org>.

LIMA, Antonio Carlos de Souza. O Governo dos Índios sob a gestão do SPI. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **História dos Índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, Fapesp, 1992.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: N, 1 edições, 2018.

NEVES, Luiz Felipe Baeta. **O Combate dos soldados de Cristo na Terra dos Papagaios**. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **A Sociologia do Brasil Indígena**. São Paulo: Tempo, 1972.

RAMOS, Alcida Rita. Sanumã. **Espaço e Tempo em uma Sociedade Yanomami**. Brasília: Marco Zero, 1990.

**Reuters Brasil** – Londres. Disponível em: <https://br.reuters.com>. Acesso em: jun.2020.

**SBMFC – Sociedade Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, 2020. Disponível em: <http://www.sbmfc.org.br>. Acesso em: mai,2020.

**Abstract:** This article is the result of a brief analysis of the impacts caused by Covid's Pandemic19 indigenous populations, especially those Yanomami. As an aggravating factor, the State's historical neglect was considered with the demands of indigenous peoples and the lack of policies adequate public. ThePandemichas-broughtabout deep inequalities economic, social, cultural and ethnic – racial conditions that populations indigenous and black women are subjected. The result is reflected in inefficiency and difficulty in accessing basic services for these populations. In this case, indigenous health. We privilege the narratives of these subjects, taking as a starting point the perspective of Davi Kopenawa Yanomami and the resistance capacity of these peoples to epidemics brought by whites during contact.

**Keywords:** Indigenous,; Pandemic; Covid-19; Yanomami; Indigenous Health.